

**AO JUÍZO DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DO
FULANO DE TAL**

Fulano de tal, brasileira, casada, do lar, RG nº xxxxx SSP/xx, CPF nº xxxxxxxx filha de fulano de tal e fulano de tal, residente e domiciliada no Residencial Morro Azul, XXXXXX, CEP: XXXXXXX, telefone: (XX) XXXXXXX (com *WhatsApp*), e-mail: rayanelopes.sousa@gmail.com, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO XXXXXXXXXXXXXXXX**, ajuizar a presente

**AÇÃO DE RECONHECIMENTO
E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL**

em desfavor de **fulano de tal**, brasileiro, em união estável, vigilante, filho de fulano de tal e fulana de taal, RG nº xxxxx - SSP/x e CPF nº xxxxx, residente e domiciliado na xxxxxxx, CEP: xxxxxxx, e-mail pessoal: xxxxxxxx@gmail.com, telefone pessoal: (xx) xxx (com *WhatsApp*) e (xx) xxxxxx, pelas razões de fato e de direito que passa a expor:

I - DOS FATOS

A requerente e o requerido conviveram em união estável desde em meados de março de 2013 e estão separados desde 07 de maio de 2017.

O casal não possui filhos comuns. As partes moram,

atualmente, em residências diferentes. O último domicílio do casal foi na xxxxxx, CEP: xxxxxx.

Não foi feita escritura pública de união estável pelo casal, por esse motivo, o regime de bens da união estável é o da comunhão parcial de bens.

A requerente colaciona a esta exordial diversos documentos que facilmente comprovam que, de fato, mantinham a relação e o convívio marital informado, apareciam publicamente como casal e tinham o objetivo de constituição de família.

As provas documentais que demonstram a convivência do casal são os comprovantes de pagamento de materiais comprados para a construção no imóvel do casal, correspondência em nome do requerido entregues no endereço do ex-sogro, contas da requerente que foram entregues no endereço do ex-cunhado, multa referente ao veículo, documento de licenciamento da motocicleta, fotos do casal, fotos do casal com amigos, fotos da requerente com a família do requerido, fotos da casa e do carro do casal mostrando a rotina desenvolvida por eles, *print* de conversa no WhatsApp, BO 5.075/2015-1, no qual o requerido se declara como convivente, documentos estes que comprovam a existência da união estável que perdurou por 4 (quatro) anos.

A união se dissolveu em razão de violência doméstica, inclusive física, realizada pelo requerido em face da requerente. O requerido desrespeitou a ordem de restrição da magistrada e cumpriu pena por este motivo.

Pelo exposto, a declaração do reconhecimento e dissolução de união estável é a medida judicial que se impõe.

II - DOS BENS E DAS DÍVIDAS

O casal não possui dívidas. Na constância da união estável, o casal adquiriu os seguintes bens:

1. Veículo xxxxxxxx, ano 2013/2014, cor prata, placa xxxxxx, avaliado em R\$ xxx (xxxxxxxxxxx), conforme tabela FIPE 2019. O veículo está em posse do requerido. Para a aquisição do automóvel foi dado de entrada um outro veículo xxxxxxxx de meados de 2009 e o restante financiado. O valor da parcela era **de R\$xxx (xxxxx), e foram 24 (xxxxxx) parcelas**. O automóvel foi **quitado** em 2016. A requerente não tem acesso ao documento do veículo, nem ao contrato de financiamento, em razão da situação de violência doméstica. **Registre-se que as parcelas foram pagas durante a união estável e o valor correspondente deve ser partilhado;**
2. Veículo xxxxxxxx, ano 2015/2015, cor vermelha, placa xxxxxxxxxxxx, álcool/gasolina, avaliado em **R\$ xxxx (xxxxxxxxxxx)**, conforme tabela FIPE 2019. O requerido vendeu o veículo. O automóvel está **quitado**.
3. Imóvel localizado na xxxxx, Conjunto: x, lote: x, chácara x, casa x, xxx, x-x, CEP xxxxxxxxxxxx, com área de 170 m². Imóvel este que é avaliado em **R\$ xxxx (xxxxxxxxxxx)**. O casal também realizou uma **construção no lote** (xxxxxxxxxxx), que se estima no **valor de R\$ xxxxxxxx, bem como mobiliou a casa, com móveis no valor total de R\$ 5.000,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXX, etc)**. A requerente não possui comprovantes da compra dos bens porque saiu do lar do casal em situação de violência doméstica,

sem acesso a nada. O imóvel se situa em local não regularizado, portanto, não há certidão de ônus do imóvel.

III - DA PARTILHA

Os bens mencionados foram adquiridos em conjunto pelo casal durante a união estável.

A autora deseja receber metade do montante pago do financiamento do veículo XXXXXXXX Sedan XXXXXXXX, ano 2013/2014, o que **equivale ao valor de R\$ XXXXXXXXXXXX**, pois as parcelas foram custeadas na constância da união estável.

A autora não se opõe que o requerido continue com a posse do Veículo XXXXXXXXXXXX, mas o valor do veículo pago pelo casal deve ser repartido nos termos da lei, na proporção de 50% para cada um.

Em relação ao Veículo XXXXXXXXXXXX, ano 2015/2015, cor vermelha, placa XXXXXXXXXXXX, álcool/gasolina, avaliado em R\$ XXXXXXXXXXXX, tendo em vista que o bem já foi vendido, a requerente deseja que o requerido pague para ela metade do valor do bem, o que corresponde a **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXX)**.

Quanto ao imóvel, a requerente não se opõe que o requerido continue com a posse do bem, mas deseja que o bem seja partilhado na proporção de 50% para cada um.

Dessa forma, deverá o requerido ressarcir a requerente no valor de metade correspondente ao lote e à construção do bem, que resulta em R\$ 95.000,00 (metade de R\$ 125.000,00 + R\$ 65.000,00), mais a metade dos bens móveis, que corresponde a R\$ 2.500,00. Assim, em relação à casa, o valor total corresponde a R\$ XXXXXXXX.

Portanto, o valor final a que a requerente tem direito é de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX).

IV- DO DIREITO

A união estável está garantida pela Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 226, *“A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.*

“§3º: *Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.”*

Conjuntamente, o artigo 1723, do Código Civil assim dispõe:

“É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.”

No caso em espécie, pode-se constatar claramente que a intenção da requerente e o requerido foi a de constituir família, coabitar o mesmo teto, visto que, publicamente apareciam como se casados fossem, prova fática incontestada da convivência, adquiriram bens em comum e residiam no mesmo endereço.

Portanto, a pretensão da requerente resta plenamente justificada, merecendo, por isso, ser devidamente acolhida, eis que

presentes os pressupostos que evidenciam não só a relação *more uxório*, como a de caráter social e familiar e, também, por possuir interesse jurídico na declaração do reconhecimento e dissolução da união estável havida com o requerido.

DOS BENS MÓVEIS

Quanto ao regime de bens adotado pelo casal, dispõe o Código Civil:

Art. 1.658. No regime de comunhão parcial, comunicam-se os bens que sobrevierem ao casal, na constância do casamento, com as exceções dos artigos seguintes.

Art. 1.659. Excluem-se da comunhão:

I - os bens que cada cônjuge possuir ao casar, e os que lhe sobrevierem, na constância do casamento, por doação ou sucessão, e os sub-rogados em seu lugar;

II - os bens adquiridos com valores exclusivamente pertencentes a um dos cônjuges em sub-rogação dos bens particulares;

III - as obrigações anteriores ao casamento;

IV - as obrigações provenientes de atos ilícitos, salvo reversão em proveito do casal;

V - os bens de uso pessoal, os livros e instrumentos de profissão;

VI - os proventos do trabalho pessoal de cada cônjuge;

VII - as pensões, meios-soldos, montepios e outras rendas semelhantes.

Assim, os bens devem ser partilhados nos termos do item III, porque foram fruto do esforço comum do casal.

V - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer:

a) A concessão da justiça gratuita, por ser a requerente hipossuficiente, conforme declaração anexa nos termos do Art. 98 do CPC;

b) A citação do requerido, a citação do requerido, para responder aos termos da presente ação, no prazo legal, caso queira, sob pena de revelia, pois a requerente **não tem interesse na realização de audiência de conciliação/mediação** nos termos do art. 319, CPC, em razão do histórico de violência doméstica;

c) A procedência do pedido, deliberando, por sentença, o reconhecimento e extinção da união estável, mantida entre a Requerente e o Requerido, **declarando-se que a união teve início em de março de 2013 e fim em 07 de maio de 2017;** observando-se ainda quanto à proposta de partilha dos bens, na forma disposta nos **“itens II e III”** desta inicial;

d) A partilha de bens de modo a definir:

- i. o percentual correspondente a 50% do valor financiado do veículo XXXXXXXXXXXXX, ano 2013/2014, para a requerente;
- ii. o ressarcimento correspondente ao percentual de 50% do valor referente ao veículo XXXXXXXXXX, ano 2015/2015, para

a requerente, pois o requerido vendeu o bem;

- iii. o ressarcimento correspondente ao percentual de 50% dos bens móveis que foram adquiridos para a mobília do imóvel do casal para a requerente;
- iv. a partilha de eventuais direitos referentes ao imóvel do casal, na proporção de 50% para cada um, tanto em relação ao terreno, quanto em relação à construção;

e) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios a serem revertidos em favor do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Distrito Federal – PRODEF – (art. 3º, da Lei Complementar Distrital nº 908/2016), que deverão ser depositados no Banco de Brasília S.A. – BRB, Código do banco 070, Agência 100, conta 013251-7, PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial pelos documentos colacionados a esta inicial e testemunhas abaixo arroladas.

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXX)**.

Nesses termos, pede deferimento.

FLANO DE TAL

Requerente

FULANO DE TAL

Colaborador - XXXXXXXXXXXXX

FULANO DE TAL

ANALISTA DPDF

DEFENSOR PÚBLICO DO XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

- 1- Umberto XXXXXXXX, brasileiro, casado, residente e domiciliado em XXX, Conjunto: X, Casa: X, XXXX, CEP: XXXXX, telefone: (XX) XXXXX.
- 2- XXXXXX, brasileira, casada, residente e domiciliada em Residencial XXXXXX, Quadra XX, Conjunto: X, lote: X X, XXXX, XXXXX, CEP: 7XXX, telefone: (XX) XXXXXX.
- 3- XXXX, brasileira, casada, residente e domiciliado em X X, Conjunto: X, Casa: XX, XXXX, CEP: XXXX, telefone: (XX) XXXXXX